

# Ministro nega desnacionalização

O ministro da Fazenda, Dilson Funaro, garantiu ontem que o ingresso do capital estrangeiro no mercado de ações não representará a desnacionalização das operações em Bolsas de Valores. Ele explicou que, na realidade, está sendo autorizado o ingresso de capitais externos "que vêm para ficar", e não para sair quando o rendimento estiver sendo baixo. Além disso — disse —, a parcela correspondente a esses recursos será inexpressiva, em relação ao montante de dinheiro que circula nas Bolsas.

Em debate ontem à noite na TV Globo, ao qual também compareceu o ministro do Planejamento, João Sayad, Funaro explicou que o setor público está sendo incluído na escala

de sacrifícios. Lembrou que, a partir de um decreto do presidente Sarney que proíbe a reposição de funcionários nas empresas estatais, o contingente de pessoal empregado nessas repartições se reduz 0,5% a cada mês.

O ministro da Fazenda citou ainda o que considera uma conquista fantástica em termos de controle do endividamento interno: a dívida interna do país, que de março de 1985 a março de 1986 cresceu 103% em termos reais, registrou em junho deste ano um crescimento real de somente 7%, se comparado com igual período do ano passado. "Estamos trabalhando com rigor nesse sentido" — afirmou.

A seu ver, o país passou de uma

etapa de inflação incontrolável para outra de estabilidade. "Derrubamos a inflação com crescimento, mas o crescimento tem limites" — admitiu Funaro, lembrando que agora é chegada a hora de tomar novas medidas corretivas que permitam a realização de investimentos necessários.

— O consumo aumentou e as empresas compram novas máquinas, mas não há energia suficiente para atendê-las. Temos que dar continuidade a esses investimentos na área elétrica, e aos programas siderúrgico e de transporte. Para isso, estão destinados Cz\$ 50 bilhões. Outro tanto será aplicado na área social (alimentação, saúde e nutrição). Procuramos apenas conter os excessos como, por exemplo, o

crescimento do número de viagens ao exterior.

O ministro da Fazenda fixou como meta chegar a 1988 com o país pagando 2% de seu Produto Interno Bruto no pagamento dos juros de sua dívida externa (no ano passado, ficou em 5,2% do PIB e, em 1986, deverá ficar em 3,5%). Por sua vez, o ministro João Sayad reafirmou que o congelamento é a pedra fundamental do Plano Cruzado e justificou a ausência de consulta à população para adoção das novas medidas afirmando: "De vez em quando, torna-se necessário legislar por Decreto-Lei em economias modernas como as do Brasil. Tomamos as medidas adequadas, de forma a proporcionar mais emprego e riqueza para o país."